

Pandemia, vigilância e “solucionismo tecnológico”*

Augusto Jobim do Amaral¹

Eduardo Baldissera Carvalho Salles²

Introdução

A pandemia de coronavírus tem sido o motivo perfeito para que soluções tecnológicas de extração de dados pessoais sejam amplificadas e aprofundadas através das políticas de controle populacional. Usar a tecnologia como panaceia dos problemas humanos mais prementes não é nenhuma novidade. Os algoritmos tem sido os melhores aliados dos “empreendedores” do Vale do Silício, supondo-se constituírem tanto a expressão da verdade quanto serem impassíveis de erro. Desde a oferta de produtos ou serviços de acordo com o gosto/perfil do cliente amparadas pelo *microtargeting*, passando por amplas técnicas de leitura do comportamento humano ou ainda na previsão dos riscos dentro da lógica gerencialista em matéria criminal (HARCOURT, 2007), o “solucionismo tecnológico” tem estado presente na retórica tanto no oriente quanto no ocidente como o melhor antídoto para os problemas sociais.

Em tempos de pandemia, o desenvolvimento de soluções tecnológicas de controle para o gerenciamento dos riscos de contágio mostra-se como modo fundamental da governança populacional no enfrentamento da doença. Os sistemas inicialmente desenvolvidos no oriente têm sido adaptados e aperfeiçoados no ocidente para serem incorporados pelas grandes corporações do setor em suas aplicações supostamente democráticas. Não se trata, portanto, necessariamente aqui de acusar o Estado chinês e o seu “autoritarismo”, mas identificar como a crise tem produzido o incremento de soluções tecnológicas para manutenção de nossa “normalidade” neoliberal.

Assim, este ensaio aponta algumas impressões preliminares sobre os dispositivos de governabilidade biopolítica cuja implantação tem sido acelerada pela pandemia de coronavírus, refletindo sobre seus efeitos em nossas sociedades. Como escrevemos em meio à crise, tentamos narrar as percepções como que numa “reportagem de ideias” (FOUCAULT,

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da PUCRS. augusto.amaral@pucrs.br.

² Doutorando em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil, em cotutela com a Universidad de Sevilla (US), Sevilla, España. eduardo@carvalhosalles.com.br.

2012, p. 125), sempre com a possibilidade de errar o foco sobre a magnitude do problema, mas jamais omitindo a tomada de posição.

Para onde a pandemia nos leva?

A pandemia de coronavírus, para além de todo mais, tem provocado uma profusão de reações. A seu turno, parcela significativa da crítica tem aproveitado o período de reclusão para refletir sobre o acontecimento desde diferentes pontos de vista. Proliferam análises das mais díspares sobre o fenômeno. Exemplificativamente, há aqueles que acreditam que a crise nos levará a um sistema econômico mais humano (ŽIŽEK, 2020). Outros afirmam um futuro sombrio de vigilância (HAN, 2020) ou, ainda, uma nova fase do capitalismo com maior enfoque na inovação tecnológica (MOROZOV, 2020).

Não nos parece que essa crise do capitalismo será a derradeira. Difícil acreditar no alvorecer de um novo mundo. Pelo contrário, os elementos extraídos de nossa realidade sugerem o recrudescimento do capitalismo mediante a abertura de novas rotas para o lucro, legitimadas pelo recorrente *“there is no alternative”*. Um mundo de vigilância e controle nos soa muito mais crível do que uma eventual guinada revolucionária. Todavia, ao contrário do que se possa encontrar, inclusive nesta perspectiva, não há nada muito de novo, ao menos sobre este aspecto, na ordem do dia. Como refere Morozov (2020), depois de muito tempo de políticas neoliberais, o solucionismo tecnológico se transformou na resposta padrão para os problemas políticos: como não há alternativas estruturais, usamos a tecnologia “pós-ideológica” para reparar apenas os efeitos, os danos.

Diferente, por exemplo, de Slavoj Žižek (2020), parece forçado acreditar no estopim de uma nova sociedade, pautada na solidariedade e cooperação. Se é verdade que o neoliberalismo e seus dogmas de privatização, flexibilização e austeridade carregam a culpa pelo colapso dos sistemas sanitários, apesar dos aplausos das sacadas dos prédios, tal fato não parece impulsionar uma guinada estrutural na sociedade. Com o medo e a comoção compartilhados pelas populações, maior é a possibilidade que os sistemas de vigilância e seus modelos de eficiência no enfrentamento da pandemia sejam adaptados a partir do oriente para o nosso contexto social e incorporados nas ferramentas já usadas pela *Big Tech*. A estrutura necessária já existe e está preparada. Após anos de coleta e categorização de dados por aplicativos sociais, os países ocidentais são plenamente capazes de repetir a vigilância de países como China, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong etc. sem que isso saia de sua rotina de funcionamento.

O capitalismo está longe de entrar em suspensão, ao contrário, recrudescer suas engrenagens. Maurizio Lazzarato ilustra bem esse argumento: a crise tem feito com que a França reestruture o seu sistema de saúde fomentando ainda mais o setor privado; nos Estados Unidos da América a declaração de emergência converteu a pandemia em uma oportunidade gigante para transferir fundos a empresas privadas (LAZZARATO, 2020, p. 100). Além disso, quem ficou em isolamento continua trabalhando à distância com metas duplicadas e ainda arca com a terceirização dos custos: o computador, a mesa, a cadeira, a energia elétrica, a internet, a impressora e o papel são pagos pelo trabalhador. Alguém duvida que a experiência já serve como zona de ensaio para que dezenas de atividades passem a operar remotamente? Por outro lado, ficar em casa nunca foi uma opção para uma larga gama dos vulnerabilizados. Desde sempre sabemos como a seletividade produz níveis diferenciados de precarizados.

Há uma interessante disputa interpretativa em curso. Elas podem ser combinadas na tentativa de explicar o presente. De fato, no curso da história eventos traumáticos tem legitimado soluções excepcionais. Sempre se poderá lembrar o incêndio do *Reichstag*. Com a pandemia, nada diferente no tocante às medidas extremas para conter o vírus. Temerosos com o avanço da doença e na ânsia de contê-la, a exceção sempre espreita.

Giorgio Agamben diz que o momento é propício para a normalização do estado de exceção. Ele também argumenta que a tendência de usar o estado de exceção como paradigma normal de governo, com decretos vagos e indeterminados, aproveitando-se do medo provocado pelos próprios governos, constitui um círculo vicioso perverso decorrente do esgotamento do discurso do terrorismo, habitual pretexto para políticas excepcionais (AGAMBEN, 2020).

Para Roberto Esposito, estamos chegando ao ápice da relação entre vida biológica e a política, verificadas em três sintomas básicos. O primeiro é a segmentação da população. Grandes porções da população, consideradas em risco ou transmissoras do risco, tem sido alvo de medidas profiláticas para proteção e distanciamento. É o que ele denomina de “síndrome imunitária”: o que mais se teme não é o dano em si, mas a exposição descontrolada da sociedade a “corpos” estranhos, virulentos, contaminados. Esse fenômeno já vinha sendo observado na dinâmica da globalização e da imigração acentuada: assim como o vírus é *estrangeiro* ao corpo humano, o *estrangeiro* era visto como *estranho* ao corpo social. O segundo sintoma é o duplo processo de “medicalização da política” e “politização da medicina”. Por um lado, a política se desfaz da ideologia e adquire uma asséptica função protetora contra riscos reais e imaginários. Por outro, a prática médica introduz em suas

variáveis as condições políticas, sopesando, por exemplo, consequências econômicas de decisões sanitárias. Isso explicaria a diversidade de opiniões médicas sobre os métodos mais eficazes para enfrentamento da doença. O terceiro sintoma é a mudança dos procedimentos democráticos ordinários por normas emergenciais. Frente ao risco de colapso e a necessidade de ações ágeis e eficientes, substituiu-se a vontade do legislador pelo estado de necessidade. Todos esses sintomas demonstram o entrelaçamento da política e da vida biológica e o impulso dos regimes em direção a práticas autoritárias, colocando em xeque a democracia (ESPOSITO, 2020).

Essa perspectiva talvez seja adequada para interpretar alguma parcela da realidade, seja localizada geograficamente na Europa ou não. A exceção é regra desde sempre para um enorme contingente populacional, por exemplo, em situação de rua, em trabalhos precários ou em contextos de extrema vulnerabilidade social. A pandemia não trouxe a estes corpos a exceção para o cotidiano. Eles já a habitam há muito: leis de emergência, a militarização da sociedade e novas doutrinas de segurança nacional – que estimulam a ufanista luta contra o terrorismo, o narcotráfico, o crime organizado, os imigrantes ilegais ou os vândalos dos protestos – sempre estiveram no cotidiano.

A exceção aculturou-se nos trópicos desde os processos de colonização. Talvez isso explique a face agressiva de alguns governos latino-americanos para impor as medidas de isolamento. O Peru isentou de responsabilidade policiais que usarem armas letais contra quem desobedecer o toque de recolher (ESTADÃO, 2020). No Brasil, país marcado pelos “desaparecidos” em uma guerra não declara, com números absurdos de mortes violentas a cada ano, tanto o Ministério da Saúde quanto o Conselho Nacional de Justiça autorizaram em Portaria o sepultamento e cremação de corpos sem certidão de óbito durante a pandemia. A exceção é habitual, mas não dispensa burocráticos procedimentos constitucionais.

Duas perspectivas, ao menos, assentam-se. Por um lado, a emergência da crise consolida a suspensão das liberdades civis e serve para normalizar os regimes de exceção, que já vinham ganhando espaço. Mesmo assim, apesar do controle dos corpos servir para encerrar as pessoas em quarentenas obrigatórias, a medida nos parece acessória em uma lógica mais ampla de administração da vida e da morte, de gestão dos corpos vivos e putrefatos, em que o governo tenta normalizar a quantia de cadáveres. Isso nos indica que, se há exceção, ela está também enraizada no âmbito da governabilidade, como expressão do poder moderno.

A modernidade nunca deixou de se afirmar através do exercício do poder biopolítico. Seu foco é a administração da vida, a gestão dos corpos biológicos. Ao invés de interditar os fenômenos encerrando fronteiras, isolando pessoas, o biopoder estimula a circulação

controlada. Seu funcionamento não se dá pela relação soberano-súdito nem pela proibição terminativa dos fenômenos para impedir que as pessoas vivam suas vidas, mas por dispositivos de segurança que progressivamente anulam tais fenômenos pelos próprios fenômenos. Admitem-se os fenômenos, delimitando-os em marcos aceitáveis, “normais”, em vez de impor-lhes uma lei proibitiva (FOUCAULT, 2008, p. 83).

No contexto de uma epidemia significa que, ao invés de tratar individualmente a doença em cada pessoa que vier a contraí-la, ou de anular o risco de contágio pelo isolamento dos não doentes em relação aos doentes, como se fazia com a lepra, os dispositivos de segurança administram o risco, o perigo, gerindo o coeficiente de morbidade provável por meio estatístico até chegar-se a uma quantidade “normal” (FOUCAULT, 2008, p. 85). Não se trata de salvar todos os doentes, mas minorar as consequências da doença, sem prejudicar a circulação. Nesse esquema, há a tentativa de administrar os resultados, gerir as mortes a um nível palatável, aceitável. Com o advento dos mecanismos de segurança biopolíticos deixa-se a circulação ocorrer, separando-se a circulação boa da ruim, a pestilenta da sadia.

Apesar dos governos terem adotado uma miríade de respostas disciplinares para o enfrentamento ao coronavírus, impondo o isolamento a populações inteiras, essas táticas ocorrem dentro de um contexto de falência das tentativas de gerenciamento de risco, isto é, frente ao colapso do sistema sanitário. Não há propriamente um “retorno” ao poder disciplinar porque as quarentenas são combinadas com outras medidas de cunho biopolítico. Elas nunca deixarem de se combinar: soberania, disciplina e controle. Com a paulatina extração e categorização de dados comportamentais da população, a construção de hospitais de campanha e a produção de insumos hospitalares, logo veremos o levantamento das quarentenas e a administração das mortes vindouras, que serão “normalizadas” em planilhas e gráficos (LAZZARATO, 2020, p. 109)

Ademais, deve-se atentar que o coronavírus é uma doença cidadina. Epidemias são fruto da urbanização (LARA, 2020). É o adensamento humano nas urbes que permite o contágio acelerado das epidemias. A acumulação de seres em zonas tão pequenas e próximas é um vetor para a aceleração do contágio viral. Gerir tanta gente, em áreas tão diminutas, em que a troca de fluídos é frequente, é o grande desafio do momento presente. Há milhares de cientistas tentando encontrar dispositivos biopolíticos capazes de administrar as populações. Inclusive esse é o desafio institucional atual. Por exemplo, a Comissão Europeia, por meio de seu Conselho de Inovação, realizou entre os dias 24 e 26 de abril de 2020 a “#EUvsVirus challenge” para incentivar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras no

enfrentamento dos desafios relacionados com o coronavírus (EUROPEAN HACKATHON, 2020).

A inovação em tecnologia parece ser a resposta padrão para grande parte dos problemas enfrentados, como se fosse capaz de resolver o crime, a poluição e a doença. O que poucos se percebe é que os aplicativos não solucionam problemas estruturais, e se limitam a debater saídas pontuais, isoladas, apenas para os efeitos daquelas que são as verdadeiras questões em jogo. Como não estão dispostos a discutir mudanças de fundo, evitam os reais problemas políticos desenvolvendo paliativos digitais para a catástrofe em curso. Por exemplo: como é caro construir novas linhas de transporte público para resolver os problemas de mobilidade urbana, utiliza-se a *Big Data* para administrar a demanda. Assim, ao invés dos governos investirem na reconstrução dos sistemas de transporte público, usam aplicativos para gerir e influir no comportamento dos usuários e desencorajar viagens durante os picos (MOROZOV, 2020). Vimos o exemplo prático, na primeira semana de maio, da cidade de São Paulo operando neste registro em meio à pandemia.

Se a proposta das *startups* for esse tipo de “inovação”, a pandemia apenas nos revelará e aprofundará a terrível dependência de nossos governos às corporações transnacionais que dominam as plataformas tecnológicas. Não há “solução” transformadora porque não tratam do desenvolvimento de tecnologias que invertam as relações de poder ou que envolvam a soberania sobre a rede. Inexiste, ao que parece, em grande escala neste campo, tentativa de transformar o modo de vida vigente.

O fenômeno pode ser interpretado a partir de uma definição mais ampla. Frédéric Neyrat define como “biopolítica das catástrofes” o modelo de gestão do risco que jamais questiona as determinantes econômicas e antropológicas. É uma forma profética e anestésica de governo que usa os riscos e as crises para manter tudo como está (FERNÁNDEZ-SAVATER, 2009). É assim que governos e sociedades tem reagido frente ao coronavírus: todos buscam criar as soluções mais inovadoras para impedir qualquer transformação no modo de vida que causou a catástrofe. Fazem de tudo para esquecer que essa epidemia não é ocasional, mas foi incubada por nós mesmos quando apostamos na superconcentração humana em cidades e fazemos da produção em larga escala a forma predominante de produção de proteína animal. Como Ángel Luis Lara menciona, o confinamento de aves, bovinos e suínos em megafazendas é o ambiente perfeito para os vírus graças as potenciais mutações virais geradas pela grande densidade populacional. Além disso, a devastação causada pelos rebanhos afeta a cadeia alimentar dos animais nativos, que acabam migrando para as urbes: “Essas corporações estão tão preocupadas pelo benefício econômico, que

aceitam como um risco rentável a geração e disseminação de novos vírus, externalizando os custos epidemiológicos de suas operações aos animais, às pessoas, aos ecossistemas locais, aos governos e, como podemos ver claramente na pandemia atual, ao próprio sistema econômico mundial” (LARA, 2020). A cegueira deliberada dessa classe de “inovadores” age para impedir qualquer disrupção *efetiva*.

Voltando ao ponto que, de algum modo, mais interessa ao nosso ensaio, ostensivo que o uso de algoritmos para localização de contagiados tem sido um dos trunfos dos asiáticos para minorar os efeitos da doença. Taiwan e Hong Kong, por exemplo, cruzam as informações de georeferenciamento dos infectados e conseguem determinar os contatos que correm risco de contaminação. Com uma análise de dados das áreas com maior quantidade de doentes, frente aos fluxos de viajantes, tem sido possível mapear, simular e estimar a progressão do vírus, como uma previsão meteorológica (BELLI, 2020). Em comparação com países do ocidente, que apostou em medidas disciplinares como o isolamento domiciliar, a solução asiática tem se mostrado muito mais eficiente. Proporcionalmente, a quantia de casos em Taiwan, Hong Kong e na China é bem inferior que a Europa. Há também outras variantes que podem estar influenciando nessas diferenças, então não se trata de indicar a tecnologia como única causa dessa dicotomia nos contágios, mas há a tendência de que o eficiente modelo de vigilância *high-tech* seja padronizado pelo mundo.

Contrário às táticas de fechamento de fronteiras, Byng-Chul Han diz que os asiáticos têm usado aplicativos de vigilância para combater o vírus de uma maneira mais efetiva. O controle pela tecnologia é mais eficiente que erigir barreiras físicas para controlar corpos biológicos porque permite individualizar o risco de cada vetor de contágio (AUST; KRÜGER; SCHOLZ, 2019). Recentemente, a gigante chinesa *Alibaba* lançou um aplicativo de *smartphone* chamado *Alipay Health Code*, que ilustra esse argumento. Com a intenção de classificar o risco de contágio com o coronavírus, o aplicativo analisa o comportamento dos usuários, atribuindo-lhes alertas de cor verde, amarela ou vermelha, que indicam o suposto risco de contaminação e a necessidade de restringir-se a liberdade de locomoção. Ao invés de um encerramento coletivo e indeterminado, a ferramenta permite individualizar a população. Cabe ao algoritmo, de funcionamento opaco, decidir quem deve permanecer em quarentena e quem tem direito de sair à rua (BELLI, 2020). A *governabilidade é também algorítmica* (ROUVROY; BERNS, 2015, pp. 35-56).

Na Coreia do Sul as pessoas estão sendo obrigadas a fazer o *download* de um aplicativo que registra e compartilha a localização com o governo, alertando o usuário e as autoridades caso o usuário tenha estado em algum local infectado. A tecnologia sul-coreana

também faz entrevistas remotas com os usuários, cruzando num banco de dados o histórico do cartão de crédito, reconhecimento fácil e geolocalização. Com o passar do tempo, novos bancos de dados vão sendo agregados à ferramenta, que vai se tornando mais exaustiva e “assertiva” (HAN, 2020).

A sedução tecnológica para enfrentar a pandemia é difusa. As práticas dos países de leste foram rapidamente reproduzidas por engenheiros do *MIT* e da *Harvard University*, que desenvolveram o *Private Kit: Safe Paths*, um aplicativo que rastreia onde o usuário esteve e com quem ele cruzou, e depois compartilha essas informações com outros usuários para diminuir a propagação do vírus (HEAVEN, 2020). Desenvolvedores poloneses também criaram um aplicativo chamado *Home Quarantine* que exige dos infectados o envio de *selfies* para provar estarem em casa (GATTIS, 2020), enquanto *Google* e *Apple* têm unido forças para a construção de um aplicativo comum para ajudar os usuários que tenham tido contato com contagiados (O’NEIL, 2020). Em abril de 2020, o jornal britânico *The Guardian* divulgou que empresas de tecnologia estavam tendo acesso às informações confidenciais de natureza médica, incluindo resultados de testes de coronavírus, conteúdo de chamadas telefônicas e informações clínicas de pacientes com o objetivo de minerar dados e auxiliar o governo na resposta ao surto de coronavírus (LEWIS; CONN; PEGG, 2020). Em Moscou, foi implantado um sistema de monitoramento de locomoção para evitar a proliferação do vírus. Os residentes da cidade devem se cadastrar em um site governamental e fazer o download de um aplicativo em seus smartphones, informando diversos dados pessoais, como números de identificação, endereço, placa de veículos etc., além de declarar rotas e propósitos (ROBLES, 2020). No Brasil, o governo tem usado dados de operadoras de telefonia celular para monitorar aglomeração rastreando o deslocamento de pessoas, por meio do acesso à localização em tempo real dos usuários de celulares (SOPRANA, 2020).

A vigilância por meio da tecnologia, naturalmente, não surgiu com o coronavírus. A China, há bastante tempo, vem implantando um sistema de crédito social baseado na reputação, a qual é calculada a partir de informações prestadas por pessoas, empresas e governos, estabelecendo recompensas e punições. Ouvir música alta, não parar no sinal vermelho, inadimplir contas bancárias ou fazer críticas ao governo representam pontos negativos, enquanto a doação de sangue, a alimentação saudável ou programas de voluntariado contam pontos positivos. As recompensas e punições são aplicadas conforme o comportamento social e econômico. Em algumas localidades chinesas, não recolher as fezes do cachorro na calçada é valorado negativamente. Se a pessoa zerar os pontos, o governo recolhe o *pet*. Para comprar passagens aéreas e ferroviárias, hospedar-se em hotéis ou

candidatar-se a empregos também é necessário possuir pontos suficientes. Conforme o Centro Nacional de Informações sobre Crédito Público da China, até o final de 2018, o sistema impediu a compra de 17,5 milhões de passagens aéreas com base na pontuação de crédito social (KUO, 2019).

Quando o coronavírus chegou, a infraestrutura de vigilância já estava pronta e atuante. Foi necessário apenas reorientar a extração dos dados para que dispositivos já instalados passassem a alimentar os bancos de informações voltados ao gerenciamento da crise. Assim, câmeras do metrô se transformaram em medidores de temperatura corporal e os aparelhos celulares viraram rastreadores e monitores de comportamento social.

Talvez seria a China inovadora em tal perspectiva se não tivessem ecoado as revelações de Edward Snowden sobre o governo norte-americano em coletar telefonemas, mensagens de texto e e-mails enviados em qualquer país do mundo, pondo em operação um sistema de vigilância em massa capaz de se intrometer na vida particular de qualquer pessoa (SNOWDEN, 2019). Passados poucos anos do escândalo, o sistema nada parece isolado ou descontínuo mas, ao contrário, tem sido reproduzido permanentemente em diversos contextos.

Os *smartwatches* e *smartphones* já permitem apurar a temperatura corporal, o peso, a oxigenação do sangue, o ritmo cardíaco, a média de sono etc.. As técnicas securitárias de governamentalidade funcionam mediante a extração e a categorização de todo um volume de dados para as políticas governamentais neoliberais. Alguém obeso, sedentário e sem hábitos esportivos sofrerá o aumento do preço de sua apólice de seguro de vida, por exemplo. Quem não tiver padrões de comportamento “aceitáveis” ou se recusar a compartilhar esses dados, pode permanecer à margem da sociedade, sem acessar alguns serviços essenciais (ZUBOFF, 2019 e O’NEIL, 2016).

Então, este é o contorno da dita “nova normalidade”. Se as regras de comportamento e organização social poderão sofrer mudanças significativas, a rotina da pandemia aprofunda um repertório já à disposição faz algum tempo. Quando as máscaras tornam-se moda, as estratégias de rastreamento pessoal já foram encobertas há tempos para a governabilidade das populações. A pandemia vem funcionando mais como um acelerador desses fenômenos, impulsionando processos já em marcha, do que como estopim de uma revolução comportamental.

Crítico do “solucionismo”, Morozov enxerga duas correntes nas políticas adotadas pelos governos: por um lado, os “solucionistas progressistas”, crendo que o acesso à informação por meio de aplicativos inovadores fará com que as pessoas se comportem melhor e respeitem as indicações governamentais; por outro, os “solucionistas punitivistas”,

acreditando que a rede de vigilância digital já existente pode ser empregada para restringir e fiscalizar o cumprimento das determinações sanitárias, punindo eventuais infrações (MOROZOV, 2020). Isto é, há um denominador comum na governabilidade dos dias pandêmicos, que é o *solucionismo*.

Para Morozov (2015, p. 86), o problema de acreditar que a tecnologia resolverá todos os problemas humanos é que os gurus desse setor presumem que os algoritmos são a expressão da verdade e jamais se equivocam, abdicando de métodos para reforma ou retificação dos dados. Quando páginas na internet apresentam resultados racistas ou sexistas, seus desenvolvedores dizem que os algoritmos são espelhos da sociedade e não podem ser responsabilizados – sugerindo que a sociedade também é racista e sexista. As revoltas no oriente médio também são explicadas dessa maneira, como fossem elas uma simples consequência da animosidade popular. Todavia, o espelho é uma metáfora insuficiente. Os algoritmos não apenas refletem, mas também formam, criam e distorcem a realidade de maneiras distintas. Pensar no jornalismo é bastante útil para ilustrar o equívoco da metáfora do espelho. Os jornalistas também buscam “refletir” os fatos, documentando-os de maneira objetiva e sem interesses. Contudo, nesse processo o jornalista também transforma a realidade de acordo com a eloquência do discurso, os segmentos ressaltados ou a duração da exposição. O relato jornalístico pode até coincidir com a realidade, mas o agente transmissor influi no resultado e na interpretação que a audiência faz. O mesmo passa com os algoritmos. São muitos os caminhos para que se chegue ao mesmo resultado em uma busca na internet. A escolha do caminho é deliberada e o trajeto é desconhecido do usuário. Por isso, a metáfora dos espelhos não convence quando invocado pela *Big Tech*.

Apesar da democracia surgir na retórica do setor para justificar a sua suposta benevolência, a internet não tem nada de democrática. Nem todos tem lugar ao sol. Muitos sequer podem acessá-la e, mesmo entre os que a acessam, há uma dicotomia tremenda nas condições materiais de acesso. Regiões nas quais a alfabetização é um desafio, como falar em acesso democrático? A internet é excludente também devido à desigualdade em seu acesso. Os pobres – que não tem sequer o que comer – estão tendo o seu acesso mediado pelo *Loon Project* do Google³ e o *Internet.org* do Facebook⁴, voltadas a regiões empobrecidas na África e na América Latina. Enquanto aquela usa balões de alta altitude colocados na estratosfera para criar uma rede sem fio e disponibilizar internet, esta faz parcerias com empresas locais

³ Simonite, T. (2015). Project Loon. *MIT Technology Review*. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/s/534986/project-loon/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

⁴ Talbot, D. (2015). Facebook's two faces. *MIT Technology Review*. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/s/522671/Facebooks-two-faces/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

para impulsionar o acesso. O problema é que, no caso do *Internet.org*, o usuário não é livre e tem acesso mediado a apenas a alguns serviços e sites (*Facebook* é um deles) em hedionda violação ao princípio da neutralidade da rede. Muitos inclusive pensam que *Facebook* é sinônimo de internet, metonímia profundamente enraizada em vários lugares. Impor ao usuário apenas alguns caminhos por onde navegar nada tem de democrático.

Por sua vez, a suposta equidade em que se baseariam os resultados das pesquisas é demasiadamente falaciosa. A maior quantidade de buscas pode ser insuflada artificialmente, seja mediante pagamento de pessoas para acessarem o endereço a partir de diversas localidades, seja pela promoção da página para atração de maior interesse entre os usuários ou pela própria modificação do algoritmo para beneficiar determinado site. Quem detém recursos ou influência suficientes para pôr em marcha campanhas massivas desse tipo, angaria mais chances de aparecer no topo. A ode democrática de `uma pessoa, um voto´ passa longe disto. Além disso, a *Google* considera pelo menos outros duzentos fatores que influem no resultado, tais como: a velocidade de carregamento da página, o idioma, a localização, o histórico de navegação do usuário, modulando os resultados de acordo com o gosto do cliente, etc..

Já se foi o tempo em que o maior dos problemas ou mesmo um dos principais era o avanço destas tecnologias na privacidade pessoal. O risco, frise-se, não de hoje, mas que o contexto pandêmico lança ao olhar de todos, é que essas ferramentas se consolidem como *padrão de abordagem para todos os problemas estruturais de nossas sociedades*, da desigualdade ao crime, do enfrentamento às doenças às mudanças climáticas. Conforme Morozov menciona, “é muito mais fácil utilizar a tecnologia solucionista para influenciar o comportamento humano individualmente do que fazer perguntas políticas complexas sobre a raiz dos problemas que geraram tais crises”. Para ele, “o maior objetivo do solucionismo é convencer o público de que a forma legítima de uso das tecnologias digitais é perturbar e revolucionar tudo — com exceção da instituição central da vida moderna: o mercado” (MOROZOV, 2020).

Estamos assistindo paralisados à consolidação dessa forma de pensar. A perspectiva é que os gigantes da tecnologia saiam ainda maiores no domínio da política e da sociedade. A retórica da inovação não estimula o desenvolvimento de formas alternativas de organização social nem modelos econômicos solidários não baseados no mercado. Insistimos no falso binário que contrapõe as inovadoras *startups* frente ao obsoleto Estado (MOROZOV, 2020).

Portanto, as estratégias de vigilância e controle também acabam por criar ou intensificar as diferenças entre os que tem e aqueles que não tem; os que podem trabalhar desde casa e os que não podem; os que tem acesso ao atendimento de saúde e os que não tem;

os que podem se locomover livremente e os que não podem. Até porque os desenvolvedores de *software* pressupõem que a chave para a “normalidade” é estabelecer sistemas prontos a *discriminar* entre aqueles que se podem deixar mover-se livremente e aqueles que devem ficar em casa (LICHFIELD, 2020).

Sempre difícil prever com certeza o que virá. A pandemia reforçou ainda mais este estado de imprevisão. Todavia, voltar à normalidade – o que aparentemente grande parte confortável e mesquinamente ambiciona – não deveria ser recobrar nossos costumes anteriores consolidados, nossos modos de vida estampados na quantidade mercadológica que pressupõe a inescrutabilidade do planeta, mas produzir relações desafetas ao que não suportamos mais.

Considerações finais

A nova “normalidade” já avança trazendo consigo a tecnologia como solução para todos os problemas. Mas apostar no dispositivo tecnológico comporta uma série de entraves enganos. Não se trata de rejeitar a ciência, objetar um retorno a um estado de imunidade primitiva ou tampouco, como se fosse possível, voltar à idade média, mas considerar o que comporta as escolhas políticas que temos feito para ordenar nossos modos de vida.

A normalização do solucionismo tecnológico implica, sim, o desenvolvimento de novos dispositivos de controle das populações. “Passaportes de imunidade”, em tempos pós-pandêmicos (e já antes dela), ditarão as cifras da existência. Seus portadores poderão mover-se livremente, nada muito distante daquelas histórias que teimamos chamar de distopias.

Não se trata de alertar para um futuro possível, o estado de vigilância já é uma condição presente há tempos. A pandemia funciona como um catalisador para acelerar o processo. Assim como antes, esses dispositivos “eficientes” são operados por corporações transnacionais, agora diretamente integrados aos sistemas de saúde. No fundo, trata-se de uma radicalização de um processo verificável em tantos outros aspectos da sociedade, como na segurança pública e na educação.

A governança algorítmica comporta a potência do recrudescimento autoritário. As práticas já estão em circulação em diversas dimensões. Estes dispositivos são capazes de extrair dados de comportamento detalhados, perpassando hábitos e preferências individuais, atingindo soluções que podem encerrar as pessoas dentro de mortíferas lógicas de endividamento e controle. Talvez não haja maior estratégia para manter tudo como está. Enquanto isso, o medo nos isola, individualiza e paralisa. Cada um a se preocupar com a

própria sobrevivência, angústia ou sucesso, tendo a tecnologia como aliada nesta triste reterritorialização.

Referências

AGAMBEN, G. La invención de una epidemia. *In*: AMADEO, S. (org.). **Sopa de Wuhan**. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020. p. 19.

AUST, S.; KRÜGER, C; SCHOLZ, M. **Snowden: “A janela para debater nossa atitude ante a tecnologia está se fechando”**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/13/internacional/1568390496_167835.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BELLI, L. **Os Big Data do coronavírus**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opinion/2020-03-09/os-big-data-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ESPOSITO, R. **Biopolítica y coronavirus. 24 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.filco.es/biopolitica-y-coronavirus/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

ESTADÃO. **América Latina aposta em quarentena, mas analistas alertam para desastre**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/america-latina-aposta-em-quarentena-mas-analistas-alertam-para-desastre/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

EUROPEAN HACKATHON. **#EUvsVirus challenge**. Disponível em: <<https://euvsvirus.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FERNÁNDEZ-SAVATER, A. **Versión completa de la entrevista con Frederic Neyrat aparecida el 21 de junio de 2009**. Disponível em: <<https://blogs.publico.es/fueradelugar/77/la-inmuno-politica-fantasea-sobre-la-posibilidad-de-una-seguridad-pura-y-absoluta>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. Eduardo Brandão. Rev. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M.. As “Reportagens” de Ideias. *In*: **Segurança, Penalidade e Prisão**. Ditos e Escritos VIII. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GATTIS, N. **Aplicativo polonês exige selfie para comprovar quarentena.** Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/aplicativo-polones-exige-selfie-para-comprovar-quarentena/98426>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

HAN, B. **O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han.** Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

HARCOURT, B. E.. *Against Prediction. Profiling, policing, and punishment in a actuarial age.* The Chicago: University of Chicago Press, 2007.

HEAVEN, W. D. **El MIT lanza una 'app' que le avisa si se ha cruzado con algún infectado.** Trad. Ana Milutinovic. Disponível em: <<https://www.technologyreview.es/s/12033/el-mit-lanza-una-app-que-le-avisa-si-se-ha-cruzado-con-algun-infectado>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

KUO, L. **China bans 23m from buying travel tickets as part of 'social credit' system.** Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/mar/01/china-bans-23m-discredited-citizens-from-buying-travel-tickets-social-credit-system>>. Acesso em 24 mar. 2020.

LARA, A. L. **Biopolítica de uma catástrofe anunciada.** Trad. Simone Paz Hernández. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/biopolitica-de-uma-catastrofe-anunciada/>>. Acesso em: 30 de abr. 2020.

LAZZARATO, M. ¡Es el capitalismo, estúpido! In: GARCÍA, F. G. **Capitalismo y Pandemia.** Buenos Aires: Editorial FilosofíaLibre, 2020.

LEWIS, P.; CONN, D.; PEGG, D. **UK government using confidential patient data in coronavirus response.** Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/apr/12/uk-government-using-confidential-patient-data-in-coronavirus-response>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LICHFIELD, G. **La nueva normalidad: vigilancia, confinamiento y pasaportes de inmunidad.** Disponível em: <<https://www.technologyreview.es/s/12106/la-nueva-normalidad-vigilancia-confinamiento-y-pasaportes-de-inmunidad>>. Acesso em 30 abr. 2020.

LORENZO, C. G.; BUSTAMANTE, A. N. **La rutina de aplaudir en el balcón a las 20h se extiende por el mundo.** Disponível em: <https://www.eldiario.es/internacional/Buenos-Aires-Madrid-alrededor-confinamiento_0_1009999969.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MOROZOV, E. **La locura del solucionismo tecnológico.** Trad. Nancy Viviana Piñero. Buenos Aires: Katz Editores. 2015.

MOROZOV, E. **Solucionismo, nova aposta das elites globais**. Trad. Simone Paz. Outras Palavras. 2020. Disponível em:

<<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/solucionismo-nova-aposta-das-elites-globais/>>. Acesso em 30 abr. 2020.

O'NEIL, C.. **Weapons of Math Destruction**: how big data increases inequality and threatens democracy. New York: Broadway Books, 2016.

O'NEIL, P. H. **Apple and Google are building coronavirus tracking into iOS and Android**. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/2020/04/10/999213/apple-and-google-are-building-coronavirus-tracking-into-ios-and-android/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

ROBLES, J.C. **Moscow's Digital Tracking 'Cyber Gulag' Helps Enforcing Lockdown by Tracking People**. Disponível em:

<<https://www.techtimes.com/articles/248814/20200414/moscows-digital-tracking-cyber-gulag-helps-enforcing-lockdown-by-tracking-people.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ROUVROY, A.; BERNIS, T.. “Governamentalidade algorítmica e as perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individualização pela relação?”, In: **Revista ECO PÓS**, Dossiê: Tecnopolíticas e Vigilância, v.18, n. 2, 2015, pp. 35-56.

SIMONITE, T. **Project Loon**. **MIT Technology Review**. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/s/534986/project-loon/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SNOWDEN, E. **Eterna vigilância**: Como montei e desvendei o maior sistema de espionagem do mundo. São Paulo: Planeta, 2019.

SOPRANA, P. **Governo vai usar dados de operadoras para monitorar aglomeração na pandemia**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/governo-vai-usar-dados-de-operadoras-para-monitorar-deslocamentos-na-pandemia.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

TALBOT, D. **Facebook's two faces**. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/s/522671/Facebooks-two-faces/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ŽIŽEK, S. **Bem-vindo ao deserto do viral! Coronavírus e a reinvenção do comunismo**. Trad. Artur Renzo. Disponível em:< <https://suplementopernambuco.com.br/artigos/2442-slavoj-%C5%BEi%C5%BEek-bem-vindo-ao-deserto-do-viral-2.html>>. Acesso em 24 mar. 2020.

ZUBOFF, S. **Surveillance Capitalism**: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffair, 2019.